



224
a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração nº 0016192-11.2010.8.17.0001 (0309540-1)

Embargante: JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA

Advogado: Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

Embargados: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

Procurador: Thiago Manuel Magalhães Ferreira

Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. DUPLA PROMOÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE APENAS ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. A decisão recorrida orientou-se no sentido da impossibilidade de dupla promoção de militar, em conformidade com Jurisprudência pacífica desta e. Corte de Justiça.
2. A questão em tela foi devidamente enfrentada, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado.
3. Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para a rediscussão de matéria.
4. A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.
5. Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima". Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).
6. Nessa contextura, os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal, revelando-se incabíveis quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia



225
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

jurídica já apreciada pelo Tribunal. Logo, não está o Tribunal obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado.

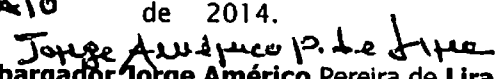
7. Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

8. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração contidos nos autos do Agravo nº 0309540-1, em que figuram como Embargante JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA e como Embargados o ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO, respectivamente, ACORDAM os Desembargadores da 1ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conhecer e REJEITAR o recurso de integração, na conformidade do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que integram este aresto.

Recife, 27 de Maio de 2014.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração nº 0016192-11.2010.8.17.0001 (0309540-1)

Embargante: JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA

Advogado: Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

Embargados: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

Procurador: Thiago Manuel Magalhães Ferreira

Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que negou provimento, por unanimidade de votos, ao Recurso de Agravo, interposto contra decisão terminativa que negou seguimento à Apelação Cível por entender que a sentença de 1º grau estava em consonância com a jurisprudência deste e. Tribunal de Justiça.

Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa por não ter averiguado os seguintes pontos: (i) declaração incidental de inconstitucionalidade do § 2º do art. 171 da EC n. 16/99; (ii) Princípio da Legalidade – art. 37, caput, da CF/88; (iii) Princípio da irredutibilidade de vencimentos – art. 37, XV, da CF/88; (iv) Responsabilidade Civil do Estado: os danos materiais e morais, art. 37, § 6º, da CF/88; (v) pedido de antecipação de tutela, ferindo assim o devido processo legal, art. 5º, inciso LIV, da CF/88.

No mais, resume-se a apresentar iguais considerações às expostas no Recurso de Agravo cuja decisão ora se combate.

Requer, por fim, o acolhimento dos presentes embargos, a fim de que sejam sanadas as omissões apontadas, ou, caso assim não se entenda, requer o acolhimento dos embargos para efeito de pré-questionamento explícito da matéria ventilada.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

Jorge Américo P. de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração nº 0016192-11.2010.8.17.0001 (0309540-1)

Embargante: JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA

Advogado: Elizabeth de Carvalho Simplicio OAB/PE 017009

Embargados: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

Procurador: Thiago Manuel Magalhães Ferreira

Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

VOTO

Vistos e examinados etc.

A questão deduzida no recurso não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, pois o embargante apenas pretende a rediscussão da matéria *sub judice*. Explico.

Com efeito, observa-se que não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada. Na verdade o embargante está pretendendo rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

Ocorre que, ao contrário do alegado pela parte embargante, quanto às supostas omissões, a questão em tela foi devidamente enfrentada, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado pelo Desembargador Relator, porquanto o pleito do embargante não encontra amparo na legislação vigente, estando, a decisão embargada, conforme farta jurisprudência desta e. Corte de Justiça.

Em relação à declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 171, § 2º da EC n. 16/99, vê-se que a questão foi debatida no acórdão embargado: "[...] Ademais, não deve prosperar a alegação de inconstitucionalidade do § 2º do art. 171, editado pela ECE nº 16/99, haja vista que a referida emenda buscou harmonizar a Constituição Estadual às alterações promovidas na Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20 de 1998."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com relação ao Princípio da Legalidade (art. 37, caput, da CF/88), não cabe acolher tal argumento, visto que não há ilegalidade alguma a ser sanada, pois o Estado de Pernambuco cumpriu os comandos legais vigentes.

Também não houve macula ao Princípio da Irredutibilidade de Vencimentos (art. 37, XV, da CF/88), pois não houve decréscimo remuneratório nos proventos do militar.

Ainda, não há que se falar em responsabilidade civil do Estado (art. 47, § 6º, da CF/88), como dito pela parte embargante, pois se não houve dano, não há que se falar em indenização por danos morais e materiais.

Na verdade, nota-se que o embargante está pretendendo apenas rediscutir a matéria, não estando presentes, portanto, os requisitos da embargabilidade.

Tem-se que o aresto embargado enfrentou o tema trazido pela parte, com a devida fundamentação jurídica e manifestação acerca dos dispositivos incidentes na espécie, não havendo nele qualquer omissão.

Ratificando o posicionamento adotado em relação à inexistência de vícios, transcrevo a seguir julgados desse e. Tribunal de Justiça a respeito da questão em análise:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. – O órgão judicial não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes; a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. – Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes, omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. – Mesmo quando visem ao pré-questionamento, não podem os aclaratórios se afastar dos rígidos contornos traçados no art. 535 do C.P.C. Embargos rejeitados, à unanimidade de votos. (Embargos de Declaração: 82837-9/01; Comarca: Recife; Relator: Jones Figueiredo; Órgão julgador: Quarta Câmara Cível; Data do julgamento: 01/08/2002; Publicação: 20/08/2002.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, DÚVIDA OU OBSCURIDADE. 1- Não existe omissão no julgado, quanto à apreciação das questões suscitadas pelo embargante na apelação, quando o tribunal mantém a sentença em sede de reexame necessário e, em consequência, julga prejudicado o recurso. 2- Embargos rejeitados por unanimidade. (Embargos de Declaração: 88740-5/01; Comarca: Ipojuca;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Relator: Antônio Camarotti; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do Julgamento: 09/03/04; Publicação: DJ 63; Data da Publicação: 06/04/04).

Ementa: Embargos de declaração - Pedido de efeito infringente - Alegação de omissões e de contradição - Inexistência dos defeitos - Improvimento dos embargos. Não se vislumbrando no acórdão impugnado a existência de omissão ou de contradição sanável por via de embargos de declaração, devem estes ser improvidos, inacolhendo-se, destarte, o pedido de atribuição do efeito infringente formulado pelo embargante. Decisão unânime. (Embargos de Declaração: 88110-7/02; Comarca: Recife; Relator: Des. Márcio Xavier; Órgão julgador: Quinta Câmara Cível; Data do julgamento: 09/06/04; DJ: 122; Data da publicação: 06/07/04).

Nesse mesmo sentido, com adequação ao caso:

"O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (v. RJTJESP 115/207).

A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

Por essa via, não se tenta modificação, anulação ou referenda do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a espantar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima".

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

O c. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal" (RTJ 173/29, junho/2000).

Nessas condições, o e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado" (cf. RJTJSP 111/114)".

Mais: os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

Na espécie, a pretexto da existência de vícios de procedimento, os embargos estão sendo manuseados com o nítido propósito de discutir novamente a lide, inclusive com o revolvimento da prova - o que não é juridicamente possível.

Por esses fundamentos, ante o exposto, incorrente qualquer vício de compreensão e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, REJEITO os embargos, mormente em se sabendo que a questão do desacerto



Handwritten signature or initials in the top right corner.

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ou injustiça da decisão – só para argumentar – não desafia pedido de sua declaração
 (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como voto.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

Jorge Américo P. de Lira
 Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
 Relator